

ees

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O ESTADO E A IGREJA

HOMENAGEM A JOSÉ ANTUNES

VOLUME 22, 2001

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÃO CRÍTICA

António Teixeira Fernandes, *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós 25 de Abril de 1974*, Porto, Ed. do autor, 2001, 450 pp.

Por aquilo que representa em termos de avanço no conhecimento das relações entre o poder civil e a esfera eclesiástica na época do Estado Novo e na democracia pós 25 de Abril e pela documentação dada a lume, pela primeira vez, esta obra polémica, representa um contributo significativo para a interpretação da temática. Na verdade, o autor recorreu a documentos inéditos servindo-se deles para justificar a sua tese acerca do chamado "caso" do bispo do Porto e de outras questões de natureza eclesiástica. Não sendo o Professor Teixeira Fernandes um historiador coloca-se assumidamente na perspectiva da ciência política e, é à luz desta ciência social, que faz a interpretação da realidade político-eclesiástica desde as origens do salazarismo até à actualidade. Ao começar por definir o conceito de laicidade, utiliza bem os conhecimentos de alguns dos bons especialistas europeus que têm escrito sobre a matéria (ex. René Rémond, Roger Mehl, Marcel Gauchet e Maurice Barbier), embora nos pareça que outros teorizadores pudessem ter sido referenciados inclusivamente historiadores nacionais.

A obra divide-se em duas partes. A primeira intitula-se, "Conivência e colaboração da Igreja e do Estado em situação de separação" e a segunda versa sobre "A neutralidade nas relações entre a Igreja e o Estado em situação de separação". O autor aborda o carácter messiânico e "providencial" de Salazar na fase de ascensão da ditadura, altura em que a Igreja lhe deu um apoio inequívoco, discorre

sobre a evolução histórica das relações entre o Estado e a Igreja desde o século XIX até ao período salazarista e analisa o conflito do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes com o ditador - despoletado pela "famosa" carta a Salazar - por um lado e com o cardeal Cerejeira e os restantes membros do episcopado pelo outro. Segundo o autor, para além dos apoios eclesiásticos internos, o novo Messias beneficiava dos estímulos do Vaticano expressos pelo papa Pio XII que fez o seu elogio argumentando que ele teria sido "o artífice de uma grande obra de paz entre o Estado e a Igreja". Nesta sequência, o pontífice ter-se-ia assumido como um admirador público de Salazar. Quanto a nós, não nos situamos na perspectiva do conservadorismo do autor deste livro. Na realidade, o Professor António Teixeira Fernandes procura demonstrar, ao longo da sua obra, a atitude "correcta" do Episcopado português, da Santa Sé e do próprio Salazar no conflito que opôs, nos finais da década de 50, D. António aos seus pares e ao ditador. Nesta linha, tenta provar o "fundamentalismo" do bispo do Porto, o seu conservadorismo e até o seu clericalismo (termo que o cardeal Gonçalves Cerejeira usou para qualificar o posicionamento do prelado). Isto é, se no concreto Salazar levou a efeito uma política eclesiástica regalista - e nós pensamos que sim - D. António Ferreira Gomes teria pretendido inverter as relações entre o Estado e a Igreja sobrepondo a instituição eclesiástica ao poder público. Admitimos que, no plano doutrinário Cerejeira, herdeiro das doutrinas de Leão XIII nesta matéria, quisesse estabelecer a cooperação entre o Estado e a Igreja. Porém, julgamos que, na prática, a actividade pastoral dos bispos no tempo do fascismo se traduzia numa verdadeira colaboração com um regime, a nosso ver, tendencialmente totalitário. (As semelhanças com alguns aspectos do fascismo italiano são inquestionáveis). Escudando-se nas suas actividades apostólicas cingidas à esfera espiritual, os bispos portugueses não tiveram a coragem de denunciar a repressão do regime assumindo antes uma atitude de silenciamento e de colaboração inequívoca com o sistema político autoritário do ditador. Ora, a nosso ver esperar-se-ia mais dos prelados perante as injustiças do poder público. Cremos que a discussão de assuntos políticos não deveria ser proibitiva mesmo para a Igreja católica. Por isso, pensamos que o desafio do bispo do Porto, traduzido numa intenção inicial de publicar uma pastoral colectiva e depois na ruptura com os seus pares, tem um significado histórico importante apesar do isolamento a que foi votado pelo

Episcopado e por Salazar que tudo fez, no plano diplomático, para o remover da diocese do Porto. Para além disso, impediu-o, como se sabe, de reentrar em Portugal após a sua visita a alguns países estrangeiros realizada para "fugir" a uma situação insustentável. Nós julgamos, como o autor, que a sua competência era essencialmente religiosa mas, não obstante isso, não seria legítimo a um bispo denunciar a situação social numa altura em que a miséria de largos estratos da população era uma realidade? E as posições que assumiu dever-se-iam unicamente a um desejo de protagonismo contra o protagonismo do cardeal Cerejeira? Seria o bispo do Porto uma personalidade doente como, na altura alguns meios eclesiásticos fizeram crer? Por outro lado, se também pensamos que D. António era anticomunista, teria ele simpatias tão evidentes pela maçonaria como o autor procura mostrar? O "fundamentalismo" do bispo, tão repetido ao longo da obra, compatibilizava-se com o ocultismo maçónico como afirma António Teixeira Fernandes? Como não temos certezas deixamos apenas estas dúvidas que a leitura integral da obra nos suscitou... De facto, D. António estava em ruptura com o reaccionarismo e com a inércia do Episcopado e, no plano doutrinal, não aceitava, por exemplo, a confissão auricular conforme afirma nas suas *Cartas ao Papa*. Também é verdade que, a nível político, se aproximou (1958) de Raúl Rego, Cunha Leal e Ruy Luís Gomes e que os comunistas procuraram aproveitar o conflito para alargar a unidade entre os católicos anti-salazaristas e as outras forças de oposição ao ditador. Se é certo que o jornal *Avante* acentuava as divergências com D. António Ferreira Gomes, também é verdade que não deixava de aplaudir a coragem política do bispo ao colocar-se ao lado dos oprimidos e dos que criticavam a política financeira e social de Salazar (cf. p. 111). Como nos mostra António Teixeira Fernandes, nos finais desse ano de 1958, Manuel Anselmo liderou a "reação situacionista" e apresentou D. António Ferreira Gomes como "subversivo" e aliado dos comunistas e dos maçons.

Por razões políticas e eclesiásticas, o bispo viveu dez anos no exílio envolvido em complicações com as autoridades religiosas e governamentais do seu país e com a subtileza da diplomacia do Vaticano embora nos pareça que ele tinha apoios reais entre democratas no estrangeiro. Salazar tudo fez para o afastar definitivamente da função de prelado do Porto e a Igreja portuguesa, liderada por um Episcopado politicamente passivo, comungava da mesma pretensão.

Todavia, apesar das pressões políticas e eclesiásticas, D. António recusou sempre a renúncia ao seu cargo de bispo da diocese nortenha. Segundo o Professor Teixeira Fernandes quando o bispo regressou, após a morte de Salazar, o próprio Marcelo Caetano ter-se-ia arrependido da decisão que permitira ao hierarca regressar ao seu bispado. Cremos que António Ferreira Gomes era uma personalidade demasiado complexa e controversa e que, pelas posições que assumiu, incomodou bastante o regime político vigente. Para além de tentar explicar o seu "fundamentalismo", o autor procura mostrar que se criou na diocese do Porto "um verdadeiro culto da personalidade". Aliás, segundo ele teria sido o próprio bispo do Porto a lançar as bases desse culto ao mesmo tempo que quisera destruir o culto da personalidade do cardeal Cerejeira e do próprio Salazar. Que tivesse sido assim ou não o autor, escudado na "objectividade histórica" de Franco Nogueira, enaltece a figura de D. Manuel Gonçalves Cerejeira a quem se teria ficado a dever - de acordo com o biógrafo de Salazar - uma "leal cooperação e escrupuloso respeito pela lei, como ensina o magistério da Igreja... (cf. p. 369). Como bem sublinhou Frei Bento Domingues, em artigo saído a lume no jornal *O Público* Teixeira Fernandes "pretende denunciar o culto da personalidade de D. António Ferreira Gomes instalado na diocese do Porto e resgatar a figura de D. Florentino, administrador apostólico, esquecido e humilhado com o regresso do bispo exilado". Nessa medida, o autor "reabre, sem dúvida, um conflito entre duas orientações que já têm mais de 50 anos". Para além disso, Teixeira Fernandes construiu uma imagem falseada do bispo do Porto pelo seu carácter altamente negativa. Se é certo que a personalidade do hierarca era bastante complexa, também nos parece que D. António estava longe de ser o "monstro", imagem que o universitário português intencionalmente quis mostrar ao longo de centenas de páginas. Essa não é a nossa verdade histórica, embora admitamos que possa ser a sua ...

Julgamos que é necessário continuar a aprofundar o estudo da actividade dos bispos e do próprio clero durante o salazarismo. Para isso, toma-se necessário o acesso à documentação dos arquivos diocesanos e particularmente do espólio do cardeal Cerejeira. Só assim, poderemos ter um melhor conhecimento das relações entre o Estado e a Igreja nesta fase histórica. E que, também nós pensamos que a instituição eclesiástica não era uma simples "repartição pública" do Estado dado que tinha a sua própria autonomia e a sua

liberdade de acção num sistema político que preservou o princípio da separação inaugurado em 1911 por Afonso Costa e corrigido, em 1918, por Sidónio Pais. Apesar disso, a colaboração da Igreja com o poder político durante o Estado Novo parece ser inquestionável.

Na última parte da obra, o autor aborda o posicionamento da Igreja perante a sociedade e o poder político no pós 25 de Abril e reconhece que este se recusou a criar uma questão religiosa, embora as relações entre o Estado e a Igreja nem sempre tenham sido fáceis no período democrático. Daí alguma tensão entre as duas instituições especialmente na fase radical da revolução. Na verdade, quando em 1974/1975 as transformações na sociedade portuguesa pareciam levá-la no sentido de um socialismo de inspiração marxista, o Episcopado - segundo Teixeira Fernandes - sentiu grande apreensão e emitiu algumas orientações em documentos para o efeito publicados. Os bispos procuraram então contrariar o anticlericalismo popular que teria varrido o país e impedir a aplicação de um modelo de sociedade de "Tipo soviético". Contudo, o autor parece esquecer o envolvimento de alguns sectores da Igreja, especialmente no norte e no centro, na contra-revolução durante o chamado "Verão quente" de 1975. Teixeira Fernandes lembra o "caso" da Rádio Renascença e a intervenção da Conferência Episcopal sobre o problema da liberdade de imprensa e refere-se ao papel reconciliador da Igreja na fase de "normalização" da sociedade. Finalmente aborda a questão da Concordata de 1940, que se manteve em vigor até hoje apesar do governo português ter feito um acordo com a Santa Sé, em 1975, através do qual foi alterado o artigo XXIV, de forma a tornar possível o divórcio. O autor sublinha ainda que, em 1996, o ministro da Justiça, Vera Jardim criou a Comissão de Reforma da Liberdade Religiosa que apresentou em 1997, um anteprojecto de lei destinado a regular as associações religiosas. Ora, como se sabe, está na ordem do dia a reforma da Concordata de 1940 que ainda sobrevive.

Em suma, a obra do Professor Teixeira Fernandes é um trabalho útil para o conhecimento das relações entre o Estado e a Igreja durante o Estado Novo e no pós 25 de Abril. Bem documentado contribui para o conhecimento do "caso" do bispo do Porto e das questões eclesíásticas antes e depois da instauração da democracia em 1974. Contudo este é um trabalho que - como todos aliás - exige uma leitura crítica já que nos dá uma imagem distorcida da realidade ao procurar atingir o bispo do Porto através do recurso a uma lingua-

gem avassaladora. Não cremos que D. António fosse membro da maçonaria, que praticasse o culto da personalidade, que estivesse psicologicamente doente, que fosse desleal, que usasse a mentira, ou que se desviasse da doutrina emanada da Cúria Romana. Como historiadores julgamos que o Sociólogo se coloca numa perspectiva conservadora próxima da ideologia salazarista. Não desconhecemos que a Igreja tinha a sua soberania, a sua personalidade jurídica e que agia em função da sua autonomia. Porém, isso não a desresponsabiliza do seu enfeudamento ao regime ditatorial traduzido num apoio mais ou menos claro ao sistema, ou ao silêncio cúmplice perante as atrocidades e as injustiças do fascismo.

Vitor Neto